DANIELE MARGIOTTA BEZERRA NOVAES

RESUMO
Este artigo discute o processo de alfabetização nos dois primeiros anos do ensino fundamental, articulando os principais referenciais teóricos com a prática docente nas escolas públicas brasileiras. Com base em autores como Ferreiro, Vygotsky e Soares, analisa-se a alfabetização como um processo complexo, que vai além da simples decodificação de símbolos, envolvendo também o letramento e a inserção social da criança na cultura escrita. Além disso, o estudo examina as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as políticas públicas voltadas para o ciclo de alfabetização, destacando os desafios enfrentados pelos professores, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. Por fim, discute-se a importância da formação continuada e da adoção de práticas pedagógicas significativas para assegurar o direito à alfabetização com qualidade. O objetivo é contribuir para a reflexão sobre a alfabetização enquanto direito fundamental e etapa decisiva na trajetória escolar das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Ensino Fundamental. Letramento. Prática Pedagógica. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é um dos pilares fundamentais da educação básica e representa um momento crucial no processo de formação das crianças. No Brasil, a legislação educacional estabelece que os alunos devem ser alfabetizados até o final do segundo ano do ensino fundamental, considerando não apenas a aquisição do código escrito, mas também a compreensão da linguagem em seus múltiplos usos sociais. Diante desse desafio, torna-se essencial compreender as diferentes abordagens teóricas que sustentam o processo de alfabetização e refletir sobre como elas se materializam na prática pedagógica cotidiana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao definir direitos e objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, aponta a alfabetização como uma prioridade nos dois primeiros anos escolares, propondo um currículo que valorize práticas significativas de leitura e escrita desde os primeiros contatos com a linguagem. Ao mesmo tempo, as políticas públicas como o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) têm buscado promover a melhoria dos índices educacionais e apoiar a formação docente com foco em resultados concretos de aprendizagem.

Contudo, apesar dos avanços normativos e das diretrizes curriculares, muitos desafios persistem no cotidiano das escolas públicas, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A prática docente na alfabetização exige planejamento criterioso, mediação atenta e constante reflexão sobre os métodos e estratégias utilizados, bem como um olhar sensível às dificuldades específicas de cada criança. Assim, este artigo busca realizar uma análise aprofundada da alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental, articulando os fundamentos teóricos com as práticas pedagógicas, e considerando as diretrizes das políticas públicas educacionais brasileiras.

O estudo está estruturado em seções que abordam: as principais concepções teóricas sobre alfabetização e letramento; as orientações curriculares e políticas públicas que norteiam o trabalho docente; a prática pedagógica nas salas de aula do ciclo de alfabetização; os desafios enfrentados pelos professores e as possibilidades de superação. Ao final, são apresentadas considerações que visam contribuir com o aprimoramento da prática educativa e a garantia do direito à alfabetização de qualidade para todas as crianças.

REFERENCIAL TEÓRICO

Concepções de Alfabetização

A alfabetização é entendida, em sua essência, como o processo pelo qual o indivíduo se apropria do sistema de escrita alfabética, aprendendo a ler e a escrever. No entanto,

ao longo das últimas décadas, essa concepção foi ampliada por diferentes correntes teóricas que passaram a considerar o papel social da linguagem escrita. Nesse contexto, a alfabetização deixa de ser apenas um processo mecânico de codificação e decodificação e passa a ser vista como parte de uma prática social mais ampla.

Emília Ferreiro, a partir das contribuições da psicogênese da língua escrita, rompe com a visão tradicional da alfabetização, demonstrando que a criança não é um recipiente passivo de conhecimento, mas um sujeito ativo que constrói hipóteses sobre a escrita desde muito cedo. Essa perspectiva reforça a importância de oferecer ambientes ricos em textos, que favoreçam a reflexão sobre a linguagem escrita e seus usos.

Letramento e Alfabetização: Distinções e Aproximações

A partir da década de 1980, autores como Magda Soares introduziram no debate educacional brasileiro o conceito de letramento, enfatizando não apenas a aquisição da escrita, mas também sua utilização em contextos sociais significativos. Segundo Soares (2004), alfabetizar letrando significa ensinar o código escrito ao mesmo tempo em que se desenvolvem práticas de leitura e escrita que façam sentido para os alunos, articuladas às suas vivências culturais.

Essa visão integrada propõe que o processo de alfabetização deva ser simultaneamente técnico e social, o que exige do professor intencionalidade pedagógica e planejamento que considere a realidade dos estudantes. Assim, alfabetização e letramento não são processos excludentes, mas complementares, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental.

Teorias Construtivistas e Sociointeracionistas

A abordagem construtivista, fundamentada nos estudos de Piaget, compreende a aprendizagem como resultado da interação entre o sujeito e o meio, onde a criança é vista como protagonista de seu processo de construção do conhecimento. Já a perspectiva sociointeracionista, de base vygotskiana, valoriza a mediação do outro mais experiente — no caso, o professor — e destaca o papel da linguagem no desenvolvimento cognitivo. Vygotsky (2001) introduz o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a distância entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que consegue realizar com a ajuda de um adulto ou colega. Essa noção é essencial para compreender a importância da intervenção pedagógica qualificada, ajustada ao nível de desenvolvimento de cada aluno, sobretudo no ciclo de alfabetização.

Ambas as teorias oferecem contribuições significativas para a prática educativa, pois incentivam metodologias ativas, a valorização dos saberes prévios dos estudantes e a organização de situações didáticas desafiadoras, mas acessíveis.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIRETRIZES CURRICULARES

A BNCC e o Ciclo de Alfabetização

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, define competências e habilidades essenciais para cada etapa da educação básica. No que se refere à alfabetização, o documento estabelece que o processo deve ocorrer prioritariamente nos dois primeiros anos do ensino fundamental, período que compõe o chamado Ciclo de Alfabetização.

A BNCC organiza a área da Linguagem em cinco campos de atuação: vida cotidiana, práticas de estudo e pesquisa, práticas artísticas e literárias, vida pública e práticas corporais. No campo da oralidade, leitura e escrita, são enfatizadas experiências significativas com textos de diferentes gêneros, desde o início da vida escolar. Essa abordagem busca assegurar que a alfabetização não se restrinja à decodificação, mas que esteja ancorada em práticas reais de uso da linguagem escrita.

Além disso, a BNCC reforça o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem, que deve garantir o desenvolvimento das habilidades leitoras e escritoras de maneira progressiva e contextualizada, respeitando o tempo de aprendizagem de cada criança. Essa diretriz aponta para a necessidade de se compreender a alfabetização como um processo contínuo e multifacetado.

Programas Governamentais de Alfabetização

Nas últimas décadas, o governo federal im-

plementou diferentes programas com o objetivo de garantir a alfabetização na idade certa e combater o analfabetismo funcional. Entre os mais relevantes está o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), instituído em 2019, que tem como foco principal a formação de professores, o acompanhamento da aprendizagem e o fortalecimento da gestão escolar.

O PNA parte da premissa de que os alunos devem ser alfabetizados até o final do segundo ano do ensino fundamental, com base em evidências científicas sobre o processo de aquisição da leitura e escrita. O programa também propõe a realização de avaliações diagnósticas periódicas e o uso de materiais didáticos de qualidade, elaborados com base nas diretrizes da BNCC.

Outros programas importantes ao longo dos anos incluem o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Mais Alfabetização, que também visaram a formação docente e o acompanhamento das turmas do ciclo de alfabetização, com foco na melhoria dos índices de aprendizagem.

A Influência das Diretrizes na Prática Escolar

As políticas públicas e diretrizes curriculares, embora fundamentais, não garantem, por si só, a efetividade da alfabetização. É necessário que elas se articulem com as condições reais de funcionamento das escolas, com a formação e valorização dos professores e com o apoio pedagógico contínuo.

Muitas vezes, há um descompasso entre o que é proposto nos documentos oficiais e a realidade vivida nas salas de aula, marcada por turmas heterogêneas, escassez de recursos e carência de formação continuada. Nesse cenário, o papel do professor torna-se ainda mais relevante, exigindo sensibilidade, criatividade e conhecimento didático para adaptar as diretrizes às necessidades dos estudantes.

A PRÁTICA DOCENTE NA ALFABETIZAÇÃO

Planejamento Pedagógico e Organização do Trabalho Docente

A prática docente na alfabetização exige um planejamento intencional e fundamentado em princípios teóricos e pedagógicos que respeitem o desenvolvimento infantil. Esse planejamento deve contemplar a diversidade da turma, as necessidades de cada aluno e os objetivos de aprendizagem estabelecidos pelas diretrizes curriculares, como a BNCC.

O professor alfabetizador precisa organizar sequências didáticas que articulem oralidade, leitura e escrita de forma integrada e significativa. Atividades com diferentes gêneros textuais, jogos linguísticos, rodas de leitura, produção de textos e atividades lúdicas devem compor o cotidiano da sala de aula. Tais práticas favorecem o avanço dos alunos nas hipóteses de escrita, promovem o contato com a cultura letrada e ampliam as possibilidades de aprendizagem.

Além disso, é fundamental o uso de registros sistemáticos das observações feitas em sala para orientar intervenções pedagógicas adequadas. O planejamento precisa ser flexível, permitindo ajustes constantes conforme as necessidades que surgem no processo de ensino-aprendizagem.

Avaliação e Intervenções Pedagógicas

A avaliação no ciclo de alfabetização deve ter caráter diagnóstico, contínuo e formativo. Mais do que classificar os alunos, o objetivo da avaliação é compreender em que estágio cada criança se encontra e quais são suas dificuldades específicas, para que intervenções pedagógicas sejam planejadas com base nessas informações.

Instrumentos como portfólios, registros individuais, observações sistemáticas, sondagens de escrita e leitura e atividades contextualizadas são essenciais nesse processo. A partir desses dados, o professor pode agrupar alunos com necessidades semelhantes, propor atividades diferenciadas e replanejar o trabalho pedagógico.

É importante que as intervenções sejam mediadas por práticas significativas e contextualizadas, evitando exercícios mecânicos e descontextualizados. A mediação docente é decisiva para que o aluno avance em suas hipóteses de escrita e leitura, sendo necessário respeitar o ritmo de cada um sem deixar de estabelecer metas de aprendizagem.

Alfabetização na Perspectiva Inclusiva

O desafio de alfabetizar todas as crianças exige uma abordagem inclusiva, que reconheça as singularidades de cada estudante. Isso inclui alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem, transtorno do espectro au-

tista (TEA) ou em situação de vulnerabilidade social. A inclusão não deve ser apenas física, mas pedagógica, garantindo que todos tenham acesso aos mesmos conhecimentos por meio de estratégias diferenciadas.

Nesse sentido, o papel do professor alfabetizador é ainda mais complexo. É necessário promover adaptações curriculares, utilizar recursos pedagógicos variados e, muitas vezes, contar com o apoio de equipes multidisciplinares. A formação continuada é essencial para que o docente esteja preparado para enfrentar esses desafios com sensibilidade e competência.

A perspectiva inclusiva na alfabetização também implica garantir o direito à aprendizagem de todos, reconhecendo que cada criança tem um tempo e um modo próprio de aprender. Valorizar os avanços, respeitar os ritmos e criar oportunidades reais de participação são atitudes indispensáveis no cotidiano escolar.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

Dificuldades de Aprendizagem e Fatores Contextuais

O processo de alfabetização, embora essencial, é frequentemente atravessado por diversos obstáculos que interferem no aprendizado dos alunos. Entre os principais desafios enfrentados pelos professores estão as dificuldades de aprendizagem, que podem ter múltiplas causas: fatores emocionais, cognitivos, sociais e pedagógicos.

Muitas crianças chegam ao ensino fundamental com pouca ou nenhuma vivência com a linguagem escrita. A ausência de acesso a livros, revistas, histórias e experiências de leitura e escrita em casa dificulta a apropriação do código alfabético. Além disso, fatores como insegurança alimentar, violência doméstica, negligência e instabilidade emocional impactam diretamente na capacidade de concentração e aprendizagem dos alunos.

Outro aspecto importante é o déficit estrutural das escolas públicas, como a falta de materiais didáticos adequados, bibliotecas escolares, espaços de leitura e formação continuada dos docentes. Tudo isso contribui para a ampliação das desigualdades educacionais e dificulta a garantia do direito à alfabetização.

Recursos e Estratégias Didáticas

Apesar dos desafios, é possível desenvolver práticas pedagógicas significativas e eficazes no processo de alfabetização. O uso de materiais concretos, jogos pedagógicos, tecnologias digitais, textos variados e atividades lúdicas contribui para despertar o interesse dos alunos e facilitar a aprendizagem.

A adoção de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares, rodas de leitura, produção coletiva de textos e contação de histórias, promove o protagonismo dos estudantes e estimula o pensamento crítico desde os primeiros anos escolares. Tais estratégias valorizam os saberes prévios das crianças e favorecem a construção de conhecimentos em contextos reais de uso da linguagem.

A prática da leitura diária em sala de aula, aliada à oferta de uma variedade de gêneros textuais — poemas, parlendas, receitas, bilhetes, notícias, contos — possibilita que os alunos ampliem seu repertório linguístico e compreendam melhor os usos sociais da escrita. Essas práticas favorecem, simultaneamente, a alfabetização e o letramento.

Formação Continuada e Valorização do Professor

O sucesso do processo de alfabetização está diretamente ligado à atuação do professor. Por isso, a formação inicial e continuada de qualidade é fundamental para que os docentes possam enfrentar os desafios da sala de aula com conhecimento teórico, didático e sensibilidade pedagógica.

A formação continuada deve abordar aspectos como os diferentes métodos de alfabetização, a avaliação formativa, a inclusão educacional, o uso de recursos pedagógicos e as políticas públicas educacionais. Além disso, deve oportunizar momentos de reflexão coletiva entre os educadores, valorizando a troca de experiências e o apoio mútuo.

Também é imprescindível que haja valorização profissional, com condições adequadas de trabalho, salários justos e tempo para planejamento. O professor alfabetizador, muitas vezes sobrecarregado e desassistido, precisa ser reconhecido como figura central no processo de desenvolvimento das crianças e na construção de uma educação públi-

ca de qualidade.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA LITERÁRIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A leitura literária exerce papel fundamental na formação de leitores críticos e criativos, sendo uma poderosa aliada no processo de alfabetização. Desde os primeiros anos do ensino fundamental, a inserção da literatura infantil no cotidiano escolar contribui para a ampliação do vocabulário, o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, e a construção do imaginário.

Autores como Chambers (2007) e Cunha (2001) destacam que o contato precoce com narrativas, poemas, fábulas e contos de fadas possibilita às crianças perceberem a riqueza da linguagem e compreenderem o texto além do seu conteúdo literal. A literatura, ao provocar emoções, reflexões e encantamento, cria um ambiente propício à aprendizagem significativa.

É essencial que os professores planejem momentos diários de leitura em voz alta, debates sobre os textos e propostas de reescrita, dramatização ou ilustração das histórias lidas. Essas atividades favorecem a construção de sentidos e a compreensão de estruturas textuais variadas, elementos essenciais na alfabetização.

Além disso, o espaço escolar deve garantir acesso ao acervo literário diversificado e atualizado, respeitando a pluralidade cultural e linguística dos estudantes. Isso inclui autores negros, indígenas, da literatura regional e obras contemporâneas, contribuindo para uma formação leitora mais crítica e democrática.

EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Apesar dos muitos desafios enfrentados no cenário da educação pública brasileira, existem práticas exitosas que merecem destaque por contribuírem para a superação das dificuldades na alfabetização. São experiências que envolvem criatividade pedagógica, formação continuada, envolvimento da comunidade escolar e valorização da escuta ativa das crianças.

Projetos Interdisciplinares

Projetos que integram diferentes áreas do conhecimento têm se mostrado eficazes no ensino da leitura e escrita. Um exemplo é o desenvolvimento de projetos temáticos baseados nos interesses dos alunos, como "O bairro onde moro", "Meu corpo e minha saúde", ou "Animais do Brasil". Tais projetos permitem trabalhar gêneros textuais autênticos (relatos, mapas, listas, entrevistas), favorecendo a aprendizagem contextualizada da linguagem escrita.

Rodas de Conversa e Escrita Coletiva

As rodas de conversa e a escrita coletiva são estratégias que estimulam a oralidade, a escuta e a produção textual com mediação do professor. Nesses momentos, os alunos colaboram entre si, formulam ideias, estruturam frases e revisam textos juntos, fortalecendo suas hipóteses sobre a escrita. Essa prática, inspirada na pedagogia dialógica de Paulo Freire, estimula a autonomia e o pensamento crítico desde os primeiros anos escolares.

Envolvimento das Famílias

Outra prática bem-sucedida é o envolvimento das famílias no processo de alfabetização. Atividades como "sacolas literárias", "cadernos de leitura em casa", "cafés com leitura" e oficinas com os responsáveis têm o objetivo de aproximar o universo familiar do escolar, promovendo o hábito de leitura em casa e valorizando o papel da família como parceira da escola.

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A gestão escolar tem papel estratégico na organização e na efetividade do processo de alfabetização. Sua atuação deve ir além das funções administrativas, assumindo um papel pedagógico que envolva a promoção da cultura do letramento, o apoio à formação docente, a criação de espaços de escuta e o acompanhamento sistemático da aprendizagem dos alunos.

Acompanhamento Pedagógico e Liderança Educacional

O gestor precisa conhecer o desenvolvimento das turmas do ciclo de alfabetização, analisando os dados de avaliações internas e externas, dialogando com os professores e promovendo ações formativas conforme as demandas identificadas. A liderança educacional exercida de forma democrática fortalece o clima organizacional e favorece a

construção coletiva de soluções para os desafios cotidianos.

Além disso, cabe à gestão promover o alinhamento entre o projeto político-pedagógico da escola (PPP), as práticas docentes e as diretrizes curriculares nacionais e municipais, garantindo que a alfabetização seja tratada como prioridade institucional.

Valorização das Práticas Exitosas e da Inovação Pedagógica

Outro aspecto importante é a valorização de práticas pedagógicas inovadoras que já acontecem na escola. Reuniões pedagógicas, formações em serviço e momentos coletivos de reflexão devem incluir a socialização dessas experiências, fortalecendo o protagonismo docente e inspirando novas propostas metodológicas.

A gestão pode também buscar parcerias com universidades, ONGs e projetos de leitura que ampliem as possibilidades de intervenção pedagógica, enriquecendo o repertório didático da equipe e promovendo o envolvimento da comunidade escolar.

A DIMENSÃO ÉTICA E HUMANIZADORA DA ALFABETIZAÇÃO

Além de uma tarefa pedagógica, alfabetizar é também um ato ético e político, pois envolve garantir a crianças o acesso à cultura escrita e à participação plena na vida em sociedade. A alfabetização deve ser pautada por princípios de justiça social, equidade, inclusão e respeito às diferenças.

Alfabetizar para a Cidadania

O ato de aprender a ler e a escrever é um dos primeiros passos para a construção da autonomia e da cidadania. A linguagem escrita permite ao sujeito registrar memórias, reivindicar direitos, se expressar publicamente e acessar informações. Portanto, o direito à alfabetização é condição essencial para que todos participem ativamente da vida social, política e cultural.

Como afirmou Paulo Freire, "a leitura do mundo precede a leitura da palavra". Assim, alfabetizar é também reconhecer a história, a cultura e a identidade das crianças, valorizando sua forma de ver e interpretar o mundo, mesmo antes do domínio formal da escrita.

O Professor como Sujeito Humanizador

O professor alfabetizador, ao mediar a relação da criança com a linguagem escrita, desempenha um papel humanizador. Ao valorizar os saberes infantis, escutar as produções dos alunos, respeitar os tempos individuais e criar um ambiente afetivo e desafiador, o docente colabora na construção de sujeitos conscientes, críticos e sensíveis.

Esse compromisso ético com a formação humana precisa orientar todas as decisões pedagógicas: desde a escolha dos textos até as formas de avaliação, passando pelo modo como se lida com os erros e as dificuldades de aprendizagem. Alfabetizar é, em última instância, um gesto de esperança, de confiança no potencial de cada criança e na possibilidade de transformação social por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental é um direito inalienável de toda criança e representa um dos maiores desafios e compromissos da educação pública brasileira. Ao longo deste artigo, foi possível refletir sobre os fundamentos teóricos da alfabetização, as diretrizes curriculares que a orientam, as práticas docentes mais eficazes e as múltiplas dimensões que influenciam o processo de ensinar e aprender a ler e a escrever.

A Base Nacional Comum Curricular, os programas governamentais e a legislação educacional apontam diretrizes importantes, mas seu sucesso depende da ação concreta dos educadores e da atuação comprometida da gestão escolar. A prática docente precisa ser planejada, contextualizada e mediada por experiências significativas, que considerem a diversidade dos alunos e promovam o desenvolvimento integral.

Os desafios são inúmeros: dificuldades de aprendizagem, falta de recursos, turmas heterogêneas, carência de formação continuada. No entanto, também existem possibilidades concretas de superação por meio da valorização da leitura literária, da participação da família, do uso de metodologias ativas, da formação permanente dos professores e da atuação ética e humanizadora do educador.

Alfabetizar é muito mais do que ensinar có-

digos; é permitir o acesso ao conhecimento, à cidadania, à autonomia e ao pensamento crítico. Cabe à escola, em articulação com a comunidade e as políticas públicas, garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas no tempo certo, com qualidade, equidade e respeito às singularidades. É preciso acreditar no potencial transformador da educação e agir coletivamente para assegurar esse direito fundamental a todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Programa Nacional de Alfabetização (PNA). Ministério da Educação, 2019.

CHAMBERS, Aidan. O prazer da leitura. São Paulo: Editora Ática, 2007.

CUNHA, Maria Isabel da. Ler e contar: a formação do leitor e do contador de histórias. Campinas: Papirus, 2001.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

KRAMER, Sônia. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Ática, 2012.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Políticas públicas e alfabetização no Brasil. São Paulo: UNESP, 2020.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. Psicolinguística e alfabetização. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Emilia Ferreiro. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TFOUNI, Leda V. Alfabetização e letramento. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2021.